

Os jeitos de ser das escolas isoladas de Santa Catarina: entre relatórios e programas de ensino (1911-1916)

Resumo

O presente artigo busca compreender acerca das escolas públicas isoladas catarinenses, que eram caracterizadas pelo fato de terem somente um docente ensinando para três turmas com diferentes níveis de ensino, entre os anos de 1911 e 1916, tendo como temática principal a(s) cultura(s) escolar (es) e as disciplinas escolares tentando focar em como as disciplinas escolares podem e de que maneira influenciam na(s) cultura(s) escolare(s). As fontes utilizadas para auxiliar este trabalho, foram o Relatório escrito no ano de 1916, que tem como intuito apresentar um resumo de todas as atividades realizadas no estado ao Congresso Representativo. Também foram utilizado os programas de ensino das escolas isoladas dos anos de 1911 e 1914. O objetivo de fazer o corrente artigo foi com a intenção de tentar entender ainda mais o papel que estas instituições tiveram na vida escolar dos catarinenses, e na instrução pública do estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: escolas isoladas; disciplinas escolares; culturas escolares.

Luiza Pinheiro Ferber
luizaferber@gmail.com

O meu trabalho, nesse particular, tem sido fatigante e ingrato, porque, infelizmente, as escolas isoladas achavam-se quase em abandono. Não havia inspeção escolar, nem estatística e grande parte das escolas achava-se desprovida do material indispensável ao seu regular funcionamento. (SANTA CATHARINA, 1916, p. 75).

A intenção de começar o artigo com este excerto retirado do Relatório do ano de 1916, apresentado pelo Secretário Geral dos Negócios do Estado, Dr. Fúlvio Aducci, ao então governador da época Dr. Felipe Schmidt, é para evidenciar a situação em que se encontravam muitas escolas isoladas, que eram caracterizadas como havendo apenas um professor lecionando para três turmas de diferentes níveis, ao mesmo tempo, no começo do século XX no estado de Santa Catarina. Há muita indignação na fala do Secretário ao tratar sobre estas instituições escolares e o seu abandono.

Esta indignação descrita pelo Secretário é incessantemente repetida, quando se trata das escolas isoladas, apesar de segundo ele, estar fazendo todo o possível para melhorar tanto a frequência como também o grau de capacidade dos professores, porém alguns docentes estavam causando muito trabalho para o bom funcionamento das escolas isoladas.

O julgamento sobre o não comprometimento dos professores, que lecionavam nas escolas públicas isoladas, é evidente na escrita do secretário. Sua revolta fica tão clara que em um dos trechos do relatório, há uma parte sobre punição para os docentes que são relapsos com o seu trabalho.

Secundado pela dedicação do Sr. Inspetor Geral do Ensino, que fez uma vigorosa inspeção a quase todas as escolas isoladas, penso ter conseguido melhorar, não só o grau de capacidade do professorado, como a frequência escolar. Para esse fim tive de impor a pena de suspensão a diversos professores, relapsos no cumprimento de seus deveres, censurar e chamar a atenção para algumas falhas encontradas em algumas escolas e relativas à inobservância do programa ou do horário e propor a V. Exa. a remoção e mesmo a demissão de alguns, cuja incapacidade, ou incorrigibilidade, tornaram-se evidentes. (SANTA CATHARINA, 1916, p.75).

Nota-se que a punição era severa para os docentes que não cumpriam seus deveres para com os alunos e também para com o Estado. Analisar este relatório é importante para a identificação das condições que estavam as escolas isoladas, não somente na parte física, mas também na parte de ensino, e como as autoridades da época estavam se empenhando para uma possível mudança positiva.

Não se pode deixar enganar, pelos documentos administrativos, que discursam melhorias, pois na prática, não se observam estas melhorias com tanto afinco como enunciado.

A temática trabalhada neste texto faz parte da pesquisa de dissertação sobre as escolas públicas isoladas do Estado de Santa Catarina, a pesquisa ainda está em fase inicial, e tem por finalidade estudar acerca destas instituições escolares e sua contribuição para o ensino público primário catarinense, entre os anos de 1910 e 1930.

O intuito deste trabalho é pesquisar acerca da(s) cultura(s) escolar (es) das escolas públicas isoladas catarinenses, através das disciplinas contidas nos programas de ensino destas instituições escolares. O recorte temporal escolhido para ser discutido será entre os anos de 1911 e 1916, optou-se por começar pelo ano de 1911 tendo como marco temporal o primeiro programa das escolas públicas isoladas catarinenses, além de ser um ano importante para a educação do estado, devido a Reforma Orestes Guimarães¹ no ano de 1910.

A escolha de ir até o ano de 1916, foi devido ao número não tão grande de fontes documentais acerca das escolas públicas isoladas. Os documentos analisados para este artigo foram os Programas Escolares das Escolas Isoladas, dos anos de 1911 e 1914 e o Relatório do Secretário Geral dos Negócios do Estado para o Governador, do ano de 1916. Infelizmente, ainda não foram encontrados documentos das práticas escolares nas instituições escolares estudadas, sobre os períodos que vão ser analisados aqui, mas há uma intensa dedicação na procura de tais documentos.

¹ Para saber mais sobre o tema ler o livro “Uma vez Normalista, sempre Normalista: cultura escolas e produção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911-1935)”, da autora Gladys Mary Ghizoni Teive, publicado no ano de 2008, pela editora Insular.

Para melhor analisar as fontes documentais já citadas, alguns autores foram escolhidos para este auxílio. Para falar sobre a cultura escolar foi selecionado Dominique Julia (2001) que escreve sobre este tema como um objeto histórico e sua conexão com as disciplinas escolares. Os autores Viñao Frago (2008) e Goodson (2013) escrevem sobre as disciplinas escolares, o currículo e a escolarização. Hoeller (2009), Beirith (2009), Teive e Dallabrida (2008) escrevem sobre as escolas isoladas no estado de Santa Catarina, estes são alguns dos autores que vão ser abordados e analisados durante o artigo.

As escolas públicas isoladas catarinenses

As Escolas Isoladas, instaladas nas zonas rurais e nos bairros populares, foram responsáveis pela escolarização de uma significativa parcela da população brasileira (BEIRITH, 2009, p.161).

Estas instituições escolares não foram “criadas” no regime republicano, a existência delas vem desde o Império, porém é na República que as escolas públicas isoladas são reformuladas (HOELLER, 2009). As escolas isoladas tinham características de funcionar em locais não apropriados para um ambiente de ensino, como casebres, salões das igrejas, em casas fornecidas pela comunidade, e até mesmo nas casas dos docentes. Havia apenas um professor lecionando para três turmas de diferentes níveis, ao mesmo tempo.

Como explicam os autores Teive e Dallabrida (2011, p.73), as escolas isoladas eram classificadas da seguinte maneira,

Nas sedes dos municípios, as escolas isoladas eram chamadas de ‘preliminares’, nas sedes dos distritos de ‘intermédias’ e nos bairros de ‘provisórias’. As preliminares, regidas por normalistas e as intermédias por professores vitalícios ou efetivos, tinham três anos de duração (...). As provisórias, regidas por professores nomeados, também com três anos de duração, seguiam o mesmo programa, com exceção de educação cívica e ginástica (Santa Catarina 1912, p. 21-22). Para o estabelecimento de qualquer uma delas era necessária a existência de no mínimo 60 crianças de 7 a 14 anos.

Na citação que inicia este tópico, escrita por Ângela Beirith (2009) fica clara a importância que as escolas isoladas tiveram para o ensino público primário catarinense, principalmente no começo do século XX, porém as atenções das autoridades começaram a trocar de direção quando em 1911 foi inaugurado o primeiro Grupo Escolar de Santa Catarina, localizado na cidade de Joinville. Os grupos escolares recebiam a maior parte da atenção devido ao fato deles serem considerados um modelo reformador exigido pela república, baseado na ciência, no progresso e na causa nacionalista. Segundo as autoras Gaspar da Silva e Valle (2013, p.309).

Essa nova configuração possibilita uma circulação ímpar de ideais a respeito da organização social, estando estritamente orientada pela relação entre ordem e progresso que passa a ter na formação da infância uma atenção redobrada, dada a necessidade de assegurar um adulto ‘enquadrado’ num determinado projeto de sociedade.

A preocupação dos governantes com a escolarização da infância existia desde o Império e se tornou mais acentuada na República. O motivo desta acentuação quanto à preocupação da instrução para as crianças foi devido ao fato de que “era preciso pensar em meios de se civilizar as crianças, para que se tornassem cidadãos da república. Por isso, a escolarização da infância fazia-se necessária.” (HOELLER, 2009, p. 26).

Entretanto, a maioria das crianças na faixa etária correspondente a obrigatoriedade do ensino que ia de 6 anos a menores de 15 anos (SANTA CATARINA, 1914, p. 20), frequentavam as escolas públicas isoladas, que não eram o modelo de modernidade que o regime republicano tentava instalar na educação, começando pela arquitetura das “novas” instituições, os grupos escolares.

A autora Solange Hoeller, fez uma pesquisa minuciosa em sua dissertação defendida no ano de 2009, pela Universidade Federal do Paraná, com relação ao número de instituições escolares² que existiam em Santa Catarina entre os anos de 1914 a 1935 e constatou que tinham mais escolas isoladas que grupos escolares.

² Para saber a quantidade de instituições escolares e o total de matrículas fornecidas, olhar o Quadro 2 da dissertação da autora, que tem estas informações sistematizadas.

Segundo a autora em 1914 existiam 189 escolas isoladas e 7 grupos escolares, e estes números só aumentaram, no ano de 1935 existiam 818 escolas isoladas e 49 grupos escolares no estado (HOELLER, 2009, p.55). Apesar da expansão de grupos escolares, o número de escolas isoladas no estado ainda permanecia superior, o que confirma o trecho que inicia este tópico, quando Ângela Beirith (2009), afirma que as escolas isoladas educaram mais crianças que os grupos escolares em Santa Catarina no período que compreende os anos de 1910 até aproximadamente os anos de 1950, dependendo da região do estado.

No ano em que o Relatório foi escrito para o governador em 1916, o estado dos locais onde as escolas isoladas funcionavam estava em condições precárias para o funcionamento de uma instituição escolar, principalmente devido à falta de materiais didáticos e de mobiliários. A fala do Secretário Geral dos Negócios do Estado é clara quando ele diz que

Afim de atender a falta de material em grande número de escolas isoladas, mandei fornecer, mediante orçamento prévio, muitas peças de mobiliário, cuja despesa total elevou-se, além disso, foram mandados fornecer mapas do Brasil e do Estado e outros materiais didáticos as escolas que não o possuíam. (SANTA CATHARINA, 1916, p. 76).

O total de escolas contempladas com os mobiliários e os materiais didáticos foram 43 no estado inteiro, e fica perceptível pelas informações acima oferecidas que existiam centenas de escolas isoladas espalhadas por Santa Catarina, apesar de o número ser relativamente pequeno, receber estes mobiliários e materiais já foi uma vitória para os docentes e discentes que frequentavam as 43 escolas isoladas. Diante de situações como esta, as escolas isoladas podem ser caracterizadas como as “escolas de falta”, sempre faltam alguns itens, para o estreitamento e aperfeiçoamento da tríade ensino, professor e aluno.

As autoras Silva, Jesus e Ferber (2012), se referem em seu artigo ao Relatório do Inspetor Escolar José Duarte de Magalhães, do ano de 1916, neste documento o inspetor descreve algumas escolas isoladas que foram visitadas por ele, e a maioria das escolas inspecionadas não agradaram o inspetor. Em uma de suas visitas ele descreve que a

“Escola Mixta situada à Rua Almirante Lamego ‘está mal installada, funcionando numa sala imprópria, acanhadissima e pouco arejada, parecendo-se mais como um cubículo do que com uma sala de aula [...]. (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1916, p.2, grafia original.)” (SILVA; JESUS; FERBER, 2012, p. 155).

O interessante ao se ler o Relatório do inspetor realizado em 1916, é comparar o que acontecia de fato nas escolas isoladas estaduais e o que era feito para tentar melhorar estas condições descritas acima, a partir do que era apresentado no Relatório do Secretário Geral dos Negócios do Estado, também no ano de 1916.

Com a Reforma Educacional de 1910, o ensino público primário catarinense foi reorganizado, e os grupos escolares e as escolas isoladas obtiveram pelo decreto n. 587 de 22 de abril de 1911, um regulamento interno de seus programas de ensino. Especificamente o programa de ensino das escolas isoladas, pode ser considerado básico perante o programa de ensino dos grupos escolares.

As disciplinas que eram lecionadas para os alunos das escolas isoladas eram basicamente, leitura, linguagem oral e escrita, aritmética, geografia, história, educação cívica, canto, caligrafia, ginástica e trabalhos manuais (SANTA CATHARINA, 1911).

No ano de 1914, foi aprovado outro regulamento interno dos programas de ensino dos grupos escolares e das escolas isoladas, pelo decreto n. 796 de 2 de maio de 1914, não alterando em nada o currículo das escolas isoladas. Entende-se que os programas de ensino vieram para legitimar a escolarização e para homogeneizar a grade curricular, tanto das escolas isoladas como dos grupos escolares.

A escolha de homogeneizar a educação era também pelo fato de estar sendo instalado no Brasil outra forma de governar e outros ideais. “Entre os ideais que embalam o projeto republicano de escolarização universal está a ideia de que a cultura partilhada pela instituição escolar teceria um cenário mais uniforme, socialmente mais homogêneo.” (SOUZA, 2008 p.303).

Currículo = saber escolar e cultura escolar?

A Cultura escolar pode ser entendida como o jeito de ser da escola. Este conceito reúne diferentes normatizações direcionadas para a definição dos saberes a ensinar e “condutas a inculcar”, que reverberam num conjunto de práticas ligadas a transmissão de conhecimentos e a incorporação de comportamentos (JULIA, 2001), que podem ser vistos e transmitidos através do currículo.

O conceito de cultura escolar de Dominique Julia é muito criticado, principalmente pela expressão “inculcar”, pois este termo faz com que vejamos os alunos como seres passivos e não atores de sua aprendizagem, mas apesar disto, ajuda a refletir a cultura escolar e sua forma de transmissão. O que não significa que as condutas não foram originalmente criadas para inculcar ocorre que elas não o são do modo prescrito, previsto, pois os sujeitos possuem formas de escapar a elas.

Uma das maneiras de transmissão da cultura escolar é por meio das disciplinas escolares que estão inseridas no currículo. A definição de quais disciplinas escolares vão ser contempladas no currículo das instituições escolares, é um conflito de poder dos responsáveis por definir as matérias que serão ensinadas para os alunos, Viñao Frago (2008, p.204) acredita que “Ao mesmo tempo, as disciplinas escolares podem também ser vistas como campos de poder social e acadêmico, de um poder a disputar. De espaços onde se entre mesclam interesses e atores, ações e estratégias.”

O currículo tem como objetivo legitimar certos saberes, e formar determinados tipos de sujeitos de uma sociedade. A classe dominante, principalmente, re-afirma suas ideias nas escolas através do currículo, e é a partir dele que esta classe apresenta aos educandos as suas “verdades”, sua forma de ver o mundo, privando, muitas vezes, os estudantes de verem e pensarem a partir de outra visão, evidenciando assim, as relações de poder que também são encontradas nas disciplinas escolares.

O autor inglês Ivor F. Goodson (2013) usa duas expressões quando escreve sobre a estruturação do ensino em disciplinas escolares, são elas: fragmentação, internalização. A primeira expressão é usada, ou melhor, existe devido aos conflitos que acontecem ao longo de uma “série de disciplinas compartimentalizadas”. A segunda expressão é

utilizada quando Goodson redige sobre os conflitos que sucedem não mais somente no interior das escolas, incluindo também os limites dentro das disciplinas. “Dar prioridade à ‘disciplina escolar’ no financiamento do ensino é, portanto, financiar e promover uma restrição específica dos possíveis discursos sobre a educação.” (p. 30).

Para Goodson, é importante debater não somente em torno das disciplinas escolares, que são muito fragmentadas e individualizadas, a discussão precisa partir do macro para conseguir chegar a um divisor comum, tendo como objetivo principal a melhoria do ensino público. Por esta razão é essencial que se consiga fazer um currículo que não privilegie uma ou outra disciplina escolar, mas sim o desenvolvimento intelectual e emocional das crianças.

Antonio Viñao Frago (2008, p.204) acredita que

Para o estudo das disciplinas escolares sugiro considerá-las como organismos vivos. As disciplinas não são, com efeito, entidades abstratas com uma essência universal e estática. Nascem e se desenvolvem, evoluem, se transformam, desaparecem, engolem umas às outras, se atraem e se repelem, se desgarram e se unem, competem entre si, se relacionam e intercambiam informações (ou as tomam emprestadas de outras) etc.

No início do século XX quando os programas de ensino das escolas isoladas foram elaborados, existia uma disputa quanto às disciplinas que teriam mais tempo no quadro de horários. Na tese de Virgínia de Ávila defendida no ano de 2013, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, fica clara a opção por determinadas disciplinas, esta opção não era dos professores, mas do principal reformador da educação catarinense na época. “Orestes advertia, ainda, que o ensino de Geografia, História, Aritmética e Geometria seria menos desenvolvido em face da necessidade de se dar maior ênfase aos exercícios de linguagem.” (ÁVILA, 2013, p.63).

Com relação à preferência pelos exercícios de linguagem, é preciso levar em conta uma questão relevante, o fato de creditarem à língua vernácula uma maneira de aproximar os cidadãos republicanos entre si e com o país, e a melhor forma deste fato acontecer era pelo meio das instituições escolares, “[...]. Caberia à escola primária moldar o novo cidadão.” (SOUZA, 2008, p.36). No relatório de 1916, o secretário geral faz um

breve resumo ao governador sobre a situação do estado, antes de começar a apresentar os dados propriamente.

A questão relevante que era preciso levar em conta quanto à preferência aos exercícios de linguagem, era pelo fato de creditarem a língua vernácula uma maneira de aproximar entre si os cidadãos republicanos e com o país, e a melhor forma deste fato acontecer era pelo meio das instituições escolares. “[...]. Caberia à escola primária moldar o novo cidadão.” (SOUZA, 2008, p.36). No relatório de 1916, o secretário geral faz um breve resumo ao governador sobre a situação do estado, antes de começar a apresentar os dados propriamente.

O secretário destaca a importância de se ter uma boa educação para formar bons cidadãos, em um dos trechos do relatório ele escreve que

Criando escolas por toda a parte, constituindo um professorado inteligente e capaz, aperfeiçoando sempre os métodos de ensino, mantendo com energia o sistema educativo completo, conseguiremos cidadãos aptos para o trabalho e para a luta pela vida, gerações que tenham exata compreensão de seus deveres morais, sociais e cívicos. Por intermédio da escola, poderemos corrigir a índole da nossa gente, melhorar os nossos costumes políticos aumentar a robustez física dos indivíduos, atentar, em suma, os nossos defeitos e desenvolver as nossas boas qualidades. (SANTA CATHARINA, 1916, p.04).

A escrita do secretário é bem precisa quando ele usa a expressão que é “por intermédio da escola”, que pode se melhorar a índole das pessoas, e outra expressão que ele utiliza é aperfeiçoar os métodos de ensino, todos estes pontos são evidências para a formação de um determinado tipo de currículo e as disciplinas que serão mais ou menos contempladas nele, para um determinado tipo de sujeito que se queria formar, reforçando esta ideia Souza (2008, p.38) afirma “, de modo muito especial, deveria a escola popular colaborar na importantíssima obra de consolidação da nação brasileira, veiculando valores cívico-patrióticos, por meio dos quais cultivaria nas novas gerações o amor pela pátria.”

O currículo é um ponto que precisa ser todo muito bem explorado e estudado, principalmente pelos professores. Para Cardoso (2007, p.04) “O currículo deve ser entendido numa dimensão que envolve toda a ação escolar tanto em nível de prescrição

quanto de prática, ou seja, deve abranger todas as experiências e as atividades propostas, realizadas e vividas pelos alunos, sob a orientação da escola.”

Uma figura significativa em torno do tema disciplina escolar, cultura escolar e currículo é o professor, sem o seu trabalho fica complicado colocar na prática as prescrições enunciadas por meio de documentos oficiais. Nas escolas isoladas a tarefa dos docentes de lecionar, não era fácil, primeiro pelo ambiente em que estas escolas estavam instaladas, segundo que era somente ele para ensinar mais de trinta crianças de turmas diferentes, quase ao mesmo tempo.

Segundo os programas de ensino das escolas isoladas de 1911 e 1914, para cada disciplina descrita, tem o material didático que o professor precisava usar, que era na sua totalidade um compêndio, sem muitas explicações e orientações acerca de como ensinar as disciplinas para seus alunos, não é possível saber³ se a falta destas orientações atrapalhava ou não a atuação do docente.

A autora Neidi Fiori (1975, p. 108) explica que o artigo 27 do decreto n. 795 de 2 de maio de 1914, tinha como orientação geral do ensino a finalidade de obter a homogeneização da instrução e para obtê-la “os professores tinham a obrigação de cumprir o programa de ensino em toda a sua inteireza não sendo permitido suprimir partes, saltar ou inverter a ordem em que se acharem essas partes.”

A ordem para conseguir a uniformidade da instrução pública em Santa Catarina era tão presente que não só esta orientação estava no regulamento, mas também estava nos discursos dos reformadores da instrução, entre eles o Orestes Guimarães, enunciando que “de modo a evitar alterações de qualquer ordem, tanto por parte de diretores quanto dos professores, proibiu terminantemente qualquer mudança tanto nos programas quanto no quadro-horário, de modo a assegurar, ‘da melhor forma possível’, a sua aplicação.” (TEIVE E DALLABRIDA, 2011, p. 93).

Entendendo o currículo como uma “zona de produtividade” (SILVA, 1999, p.20), ao ler as ordens para os professores para manter o máximo possível à disposição igual ao

³ Pela falta de fontes sobre as práticas escolares nas escolas isoladas, esta questão que é tão fundamental para o melhor entendimento acerca do currículo prescrito e do currículo ativo será melhor discutida nos próximos trabalhos.

dos programas, fica a seguinte dúvida: Será que existia espaço na prática escolar dos professores das escolas isoladas para a chamada zona de produtividade do currículo? De uma maneira hipotética é até possível que existisse esta zona, talvez pela falta de materiais didáticos o docente precisava criar para ensinar, e não simplesmente criar por criar.

Ao analisarem o Relatório do Inspetor Escolar José Duarte de Magalhães, as autoras Silva; Jesus e Ferber (2012, p.155) encontram a descrição do Inspetor relatando sobre a escola isolada José Mendes, sua escrita menciona sobre o problema pedagógico da professora.

Devo, entretanto, Exmº Sr. Dr., declarar, que o ensino, apesar dos esforços empregados pela sra. Professora, deixa ainda um pouco a desejar em virtude de carecer de um cunho pratico, que o torne útil e proveitoso. Para que elle seja efficaz e produza bons resultados, recomendei a sra. Professora que não passasse de um ponto a outro, sem esmiuçar o mais possível com palavras claras, variadas e ao alcance dos alumnos, as matérias contidas no anterior, obrigando-os por sua vez, a recapitular por si mesmo a matéria explicada, porquanto é deste modo que realmente se verifica se a criança comprehendeu ou não as explicações do mestre, segundo a opinião de abalisados pedagogistas. Adoptando tal processo todo e qualquer professor, os seus alumnos no fim de certo tempo conseguirão um excellent methodo, que os auxiliará a desenvolver com grande facilidade os conceitos apanhados durante as aulas. [...]. (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1916a, p.1-2, grafia original).

A escola descrita pelo Inspetor era considerada com boa estrutura física, mas com a parte pedagógica frágil, analisando os documentos encontrados tem-se a percepção de que quando o ambiente era favorável para o ensino, o trabalho dos docentes não era tão convincente, e nas instituições que o ambiente não chegava nem perto de ser um lugar digno de ser chamado de escola, o esforço dos professores era maior, talvez para suprir a falta do mobiliário, esta hipótese pode ser arriscada, mas pelos indícios encontrados ela pode ser levada em consideração.

Considerações Finais

Na tentativa de compreender acerca das escolas públicas isoladas do Estado de Santa Catarina entre os anos de 1911 e 1916 foram feitos alguns esforços como, por exemplo, investigar fontes documentais que foram utilizadas para melhor caracterizar e compreender as instituições escolares aqui analisadas, tendo como um dos marcos principais a Reforma Educacional ocorrida em 1910, também conhecida como Reforma Orestes Guimarães.

O Relatório do Secretário Geral dos Negócios do Estado de 1916 apresenta algumas questões importantes sobre as escolas isoladas, como a falta de mobiliários escolares, mapas do Estado e do Brasil, além de materiais didáticos. Ainda neste Relatório, o Secretário Geral é bem pontual quando escreve sobre o papel dos professores nas escolas isoladas, e enunciava que o não cumprimento deste poderia causar punições tão severas a ponto de chegar a demitir o docente que não desempenhasse com destreza sua função.

O professor e seu trabalho foram importantes para a compreensão de como se davam as práticas escolares nas escolas isoladas, mesmo que por documentos administrativos, pois por meio destes foi possível analisar a maneira que estes profissionais eram cobrados e inspecionados pelo Estado.

Os regimentos internos de 1911 e 1914 das escolas isoladas, que descrevem os programas de ensino para estas instituições foram importantes para a composição deste artigo e para estabelecer um contato inicial com estes estabelecimentos escolares. Nestes documentos encontram-se especificações a respeito destas escolas e prescrições que tinham também como intuito aprimorar as suas práticas de ensino e contribuir para a construção de culturas escolares.

Há muitos documentos que ainda precisam ser encontrados para melhorar as pesquisas e análises sobre as escolas isoladas do Estado de Santa Catarina, instituições estas que foram tão significantes para instruir e educar as crianças catarinenses. Idas aos arquivos públicos de várias cidades do Estado estão sendo realizadas com a intenção de descobrir mais indícios, por meio de fontes administrativas e quem sabe encontrar

documentos que indiquem sobre as práticas escolares destas escolas, que ajudem a contar a história das escolas isoladas.

Referências

- ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. **História do Ensino Primário Rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952):** uma abordagem comparada. Araraquara/SP: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2013. (Tese – Doutorado em Educação).
- BEIRITH, Ângela. As Escolas Isoladas de Florianópolis no Contexto da Regulamentação do Ensino Primário (1946-1956). **Revista Linhas**. Vol. 10, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas>. Acesso em: 22 abr. 2013.
- CARDOSO, Maria Angélica. História das Disciplinas Escolares e Cultura Escolar: apontamentos para uma prática pedagógica. In: **VII Jornada do Histedbr**, 2007, Campo Grande, MS. VII Jornada do Histedbr: A Organização do Trabalho Didático na História da Educação. Campo Grande, MS: Uniderp, 2007. v. 1.
- FIORI, Neidi Almeida. **Aspectos da Evolução do Ensino Público:** ensino público e política de assimilação cultural no estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975.
- GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; JESUS, Camila Mendes de; FERBER, Luiza Pinheiro. O mínimo necessário: mobiliário de escolas isoladas (Santa Catarina, 1910-1920). In: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; PETRY, Marília Gabriela (Orgs.). **Objetos da escola:** espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012, p. 149-167.
- GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; VALLE, Ione Ribeiro. Obrigatoriedade Escolar em Santa Catarina: da obrigatoriedade pela força à força da obrigatoriedade. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de.; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia (Orgs.). **Obrigatoriedade Escolar no Brasil**. Mato Grosso: EdUFMT, 2013, p.303-319.
- GOODSON, Ivor F. **As políticas de currículo e de escolarização:** abordagens históricas. 2º ed. Tradução: Vera Joscelyne, Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. **Escolarização da Infância Catarinense:** a normatização do ensino público primário (1910-1935). Curitiba/PR: Universidade Federal do Paraná, 2009 (Dissertação – Mestrado em Educação).

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação** – SBHE. n.1, jan./jun. 2001. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 9-43.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A Escola da República**: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). Campinas: Mercado das Letras, 2011.

VIÑAO FRAGO, Antonio. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História da Educação** n. 18 set./dez. 2008. p. 173-215.

Fontes consultadas:

SANTA CATHARINA. Programa dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas do Estado de Santa Catharina. Aprovado e mandado observar pelo Decreto n. 587 de 22 de abril de 1911.

SANTA CATHARINA. Programa dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas do Estado de Santa Catharina. Aprovado e mandado observar pelo decreto n. 796 de 2 de maio de 1914.

SANTA CATHARINA. Regulamento Geral da Instrução Publica. Aprovado e mandado observar pelo Decreto n. 794 de 2 de maio de 1914.

SANTA CATHARINA. SCHMIDT, Fellippe. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo. Florianópolis: Gab. Typ. D' O Dia, 1916.